



CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA

22ª Região – MARANHÃO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA
DA PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS EM 31/12/2018

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DA PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS EM 31/12/2018

Aos Ilmos. Srs.

Conselheiros, Diretores e demais Administradores do

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 22ª REGIÃO/MA

Administração Regional do Maranhão - CNPJ(MF) 19.540.933/0001-08

Endereço: Rua Dezesete, quadra 22, nº9, Vinhais – CEP.: 65.071-150

São Luís/MA

1) Opinião sem ressalva:

Examinamos a Prestação de Contas Anual do **CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 22ª REGIÃO/MA, Administração Regional do Maranhão (CRP/MA)**, que deve compreender as determinações constantes na Norma 14 da Resolução CFP nº 10/2017, que institui o Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis, quanto aos documentos referentes ao exercício findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Prestação de Contas Anual acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, conforme determina o item 6.3 da Norma 14 da Resolução CFP nº 10/2017, que institui o Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis do **CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 22ª REGIÃO/MA, Administração Regional do Maranhão (CRP/MA)**, em 31 de dezembro de 2018, assim como, o resultado de suas variações patrimoniais e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DOS CRP's ao CFP (Conforme Norma 14 da Resolução 10/2007)

CRP/22 MARANHÃO

Nº	DOCUMENTOS	STATUS	OBSERVAÇÕES
1	Ofício ao CFP	CONFORME	PROCESSO CFP Nº 055/2019, FOLHA 001
2	Rol de responsáveis	CONFORME	PROCESSO CFP Nº 055/2019, FOLHA 002
3	Relatório de Gestão	CONFORME	PROCESSO CFP Nº 055/2019, FOLHAS 128 A 177
4	Comparativo Receita ORÇADA X ARRECADADA	CONFORME	PROCESSO CFP Nº 055/2019, FOLHAS 031 A 032
5	Comparativo Despesa FIXADA X REALIZADA	CONFORME	PROCESSO CFP Nº 055/2019, FOLHAS 033 A 042
6	Balanco Financeiro	CONFORME	PROCESSO CFP Nº 055/2019, FOLHAS 084 A 085
7	Balanco Patrimonial Comparado	CONFORME	PROCESSO CFP Nº 055/2019, FOLHAS 099 A 100
8	Demonstração da Variações Patrimoniais	CONFORME	PROCESSO CFP Nº 055/2019, FOLHA 096
9	Demonstrativos Analíticos da Composição das Contas do Ativo e do Passivo Financeiro que apresentarem saldo em 31 de dezembro. No caso de contas bancárias, anexar cópia do extrato espelhando o saldo ao final do exercício.	CONFORME	PROCESSO CFP Nº 055/2019, FOLHAS 021 A 030, 043 A 083
10	Declaração expressa da respectiva Unidade de Pessoal ou equivalente, de que os responsáveis, membros da Diretoria, estão em dia com a exigência de apresentação da Declaração de Bens e Rendias – Imposto de Renda Pessoa Física.	CONFORME	PROCESSO CFP Nº 055/2019, FOLHAS 008 A 012
11	Certidões Negativas de Débitos do INSS, FGTS e Receita Federal, expedidas após o encerramento do exercício relativo à Prestação de Contas.	CONFORME	PROCESSO CFP Nº 055/2019, FOLHAS 113 A 120
12	Cópia do Ato do Plenário do Conselho a que se refere a prestação de contas deliberando a respeito da Prestação de Contas.	CONFORME	PROCESSO CFP Nº 055/2019, FOLHAS 121 A 127
13	Relatório e Parecer da Auditoria Interna ou Independente.	ATENDIDO CONFORME RELATÓRIOS ANEXOS	

2) Base para Opinião sem Ressalva

Somos independentes em relação ao **CRP/MA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião **SEM RESSALVA, conforme apresentado no checklist acima apresentado.**

3) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

A Prestação de Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram examinadas por nossos auditores independentes, cujo relatório foi sem modificação de opinião.

São Luís/MA, 31 de outubro de 2018.

 **AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S**
CRC/PE 000150/O “S”MA

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S”MA
Sócio Sênior


Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S”MA


Thomaz de Aquino Pereira
Contador – CRC/PE 021100/O-9 “S”MA



AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

www.audimec.com.br



CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 22º Região - MARANHÃO

**RELATÓRIO DE AUDITORIA ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO
DOS CONTROLES INTERNOS E ASPECTOS MAIS RELEVANTES
DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2018**

São Luís/MA, 31 de Outubro de 2019.

Aos Ilmos. Srs.

Conselheiros, Diretores e demais Administradores do

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 22º REGIÃO/MA

Administração Regional do Maranhão - CNPJ(MF) 19.540.933/0001-08

Endereço: Rua Dezessete, quadra 22, nº9, Vinhais – CEP.: 65.071-150

São Luís/MA

Att.: Coordenação Financeira e Contábil

Ref.: Relatório de Auditoria Forma Longa

Prezados Senhores,

Havendo concluído nesta data o estudo e avaliação dos controles internos adotados pelo CRP/MA acerca dos itens mais relevantes do ponto de vista de exposição ativa ou passiva, indispensável à formação de nossa opinião inerente à fidedignidade e tempestividade dos registros dos atos e fatos contábeis, que ensejaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31/12/2018, queremos:

Informar que nosso trabalho é composto por macro atividades, subdivididas em trabalho de campo e de escritório (na proporção de 70%x30%), o qual foi iniciado pela definição da equipe de auditores com experiência em trabalhos correlatos e de mesma complexidade, e da avaliação de possíveis ameaças a independência em decorrência de conflitos éticos preconizados nas NBC PA's, e prosseguindo mediante o planejamento geral do trabalho determinado nas NBC TA's 300 a 330, efetuado através de: (A) Aplicação do Questionário de Avaliação de Riscos e Realização de Entrevistas com a Governança Corporativa e de Tecnologia da Informação ligados aos macroprocessos que originam ou consomem caixa ou equivalentes; (B) Análise dos Melhores Referenciais do BP e DFC elegíveis para fixar Materialidade Individual e Coletiva no Trabalho e (C) Respostas do Auditor com Procedimentos para Mitigação dos Riscos. Tudo planejado de modo a viabilizar o melhor desempenho da equipe durante a execução das atividades de estudo e avaliação dos controles internos o qual será o fundamento para fixação da extensão e profundidade do procedimento de auditoria bem como da melhor oportunidade e circunstância a ser aplicado.

Enfatizar que o relatório anexo preconizado no item "1.10.2" do Termo de Referência integrante do Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2018, é o resultado de exames procedidos por amostragem e que por isso mesmo não tem a finalidade nem a pretensão de arrolar falhas individuais ou institucionais, mas tão somente destina-se a sinalizar para o Plenário a necessidade de aprimoramento em algumas áreas ou procedimentos, visando a tornar, as Demonstrações Contábeis aptas ao arrimo das decisões gerenciais, e não apenas um documento de cunho burocrático, para aferir, após termo, o desempenho de uma gestão.

Patentear nossa gratidão pela total cooperação recebida indistintamente de todos os setores e servidores que nos propiciaram acesso às imprescindíveis informações, sem as quais não lograríamos êxito em nosso intento.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O-9 "S"MA

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"MA
Sócio Sênior

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 22ª REGIÃO – CRP/MA
RELATÓRIO DE AUDITORIA NA FORMA LONGA
ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO CONTROLES INTERNOS E
ASPECTOS MAIS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2018

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade precípua comunicar a administração do **Conselho Regional de Psicologia 22ª Região – CRP/MA**, doravante denominado “Autarquia”, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos, existentes, notadamente na área contábil, levado a efeito mediante visitas na Sede da Autarquia no mês de outubro de 2019, portanto aludido relato consigna informações decorrentes do exame realizado mediante análises e verificações que efetuamos nas Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2018, cujo trabalho foi efetuado por Contadores com experiência específica em auditoria de Conselhos de Fiscalização Profissional com personalidade jurídica de direito público, regidas pela lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, observando rigorosamente ao que preceitua a Resolução CFC nº 821/1997, e seguintes que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais em Auditoria - NBC PA.

Todo o trabalho foi planejado e efetuado consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade, mediante metodologia e procedimentos de auditoria preconizados nas Resoluções de nºs 1.203 a 1.235 que aprovaram as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis NBC TA, com nova estrutura determinada pela resolução nº 1.328 editada em 18/03/2011 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Iniciamos nosso serviço, através do planejamento do trabalho, fixamos o escopo, procedemos ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, e com base no grau de credibilidade que atribuímos aos mesmos, pudemos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade dos procedimentos de auditoria, a serem aplicados por amostragem estratificada cientificamente, efetuados mediante testes de substância e de observância, os quais implicaram na validação dos saldos e revisão analítica de seus negócios e operações, dentre tantos outros procedimentos desenvolvidos sem que nenhum óbice ou restrição, tenham sido impingidas à consecução dos mesmos, cuja síntese dos fatos mais relevantes e algumas sugestões de aprimoramento aos controles internos, e identificando as áreas susceptíveis e que apresentam riscos relativos atribuídos a partir da “matriz de risco” decorrente da análise vertical e horizontal do balancete patrimonial encerrado em 31 de dezembro do exercício sob exame.

Os sistemas contábeis e de controles internos, embora sendo de responsabilidade da administração da Autarquia auditada, dentro de um cronograma de trabalho antecipadamente estabelecido, foram por nós analisados e, sempre que julgamos necessário indicamos sugestões objetivas para seu aperfeiçoamento ou implantação. Como procedimentos primordiais de evidenciação da auditoria, verificamos a eficácia, eficiência e efetividade dos sistemas e subsistemas de controle interno bem como a segurança e confiabilidade das transações representadas na sistemática contábil.

1.2 METODOLOGIA

A concepção de um Plano de Auditoria tecnicamente otimizado, pressupõe um planejamento detalhado, consistente na programação e execução de exames adequados de auditoria, os quais dependem do grau de entendimento que se tem das atividades-meio e atividades-fim, bem como do perfeito conhecimento da estrutura organizacional e societária de entidade a ser auditada.

O Programa Padrão de Auditoria que atualmente norteia o planejamento de nossos serviços é o resultado de 40 anos de experiência e aprimoramento profissional bem como do foco na legislação pertinente à matéria, principalmente no que tange as Normas Brasileiras de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (NBC-TA, preconizadas em 33 Resoluções do CFC de nºs 1.203 a 1.235/2009) e Normas Profissionais de Auditoria Independente (NBC-P-1 aprovada pela resolução nº 821/97) reconhecidas no meio profissional de auditoria como principal referência doutrinária.

1.2.1 TÉCNICAS DE ABORDAGEM

Nossos trabalhos foram conduzidos através da NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, com a finalidade de racionalizar e dar maior efetividade a metodologia a ser utilizada. Dentre nossa abordagem podemos destacar a “Amostragem Sistemática Específica” que é uma técnica não estatística determinativa da seleção de uma quantidade de registros a serem selecionados e analisados, bem como o intervalo da seleção; a de “Seleção de Auditoria” que determina quantos registros serão selecionados e os números aleatórios aos quais devem estar associados; a de “Amostragem por Funções e Atributos” na qual os itens são selecionados a partir da pesquisa sobre a presença de determinados atributos e, finalmente, a de “Amostragem Através de Unidades Monetárias” onde é estabelecido o mínimo de valores de itens monetários em relação à sua totalidade dentro de um risco cabível e grau de confiabilidade desejado.

1.2.2 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

Os controles internos de uma entidade são um conjunto de normas, procedimentos, métodos e critérios adotados para salvaguardar seus ativos, e quantificar e qualificar seus passivos com relativa exatidão, visando à promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros contábeis a serem consignados em suas Demonstrações Financeiras, bem como de assegurar sua eficiência, eficácia e efetividade operacional na direção da tão almejada economicidade.

Desta forma, todo bom trabalho de auditoria deve iniciar-se pelo estudo e avaliação dos controles adotados pela entidade, a fim de que com base no grau de credibilidade e segurança proporcionado por eles, possamos estabelecer a profundidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados bem como a ocasião mais propícia para sua aplicação.

1.2.3 ÁREAS DE MAIOR SUSCETIBILIDADE

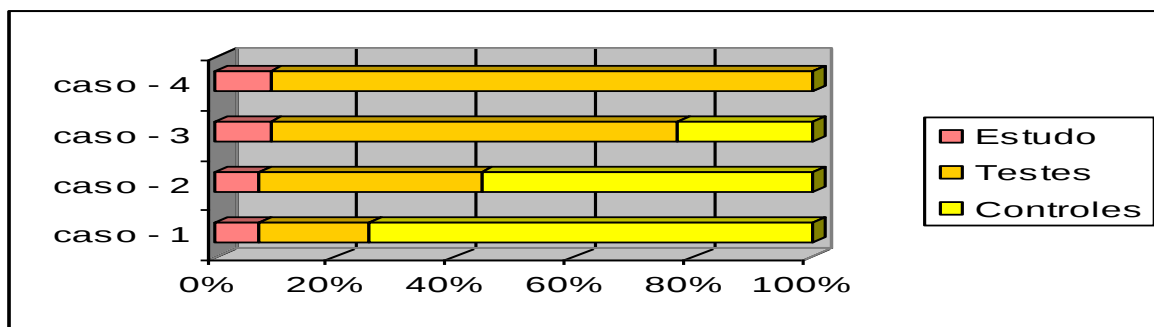
Este é o primeiro subproduto gerado pelo estudo e avaliação dos controles internos, e consistiu basicamente de uma relação contendo áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo de transações do ponto de vista de exposição ativa e passiva.

Todo o planejamento do trabalho e dos procedimentos de auditoria aplicados foi respaldado nestas áreas chaves, ou pontos de maior risco, visando à racionalização dos testes em prol do bom senso e esmero profissional que perseguimos.

1.2.4 AMPLITUDE DA AMOSTRAGEM

Os testes de amostragem são um conjunto de técnicas que nos permitem obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis sob exame e abrangem testes de observância e de substância, os quais foram aplicados de conformidade com os resultados do Estudo e Avaliação dos Controles Internos, de forma inversamente proporcional.

GRÁFICO DE ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS:



Assim sendo quanto maior o grau de credibilidade atribuído aos controles internos; menor foi a profundidade da amostragem efetuada, e vice-versa.

1.2.5 TIPOS DE TESTES IMPLEMENTADOS

⇒ Testes de Observância:

Os testes de observância visam à obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos previamente estudados e avaliados estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e diretores da entidade auditada.

⇒ Testes de Substância:

Os testes de substância nos permitem evidenciar a suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas, contábil e administrativo, os quais se subdividem em teste de transação e saldos, e procedimentos de revisão analítica.

1.2.6 Principais Procedimentos de Auditoria Aplicados

- ✓ Análise do orçamento anual verificando se foram aprovados regularmente, se as receitas previstas guardam conformidade com as fontes e se as despesas fixadas são compatíveis com os planos, programas, projetos e atividades aprovados;
- ✓ Examinamos a execução orçamentária, verificando se a receita arrecadada e a despesa realizada guardam conformidade com o que foi orçado, no que diz respeito aos aspectos quantitativos e qualitativos e, no caso de ser necessária reformulação ou remanejamento, se foram processados regularmente;

- ✓ Procedemos análise do sistema utilizado pelo CFP para o controle da arrecadação e recolhimento das receitas, verificando o seu grau de segurança e eficácia, principalmente no que se refere à compatibilidade com os dados apresentados pelos CRPs e com os créditos efetuados pelo banco;
- ✓ Efetuamos análise da documentação (boletos, GRs, borderô bancários) e dos sistemas de controle de arrecadação e recolhimento das receitas adotados pelos Regionais quanto à segurança e eficácia na identificação das origens, à efetivação dos créditos bancários e do compartilhamento, verificando, no caso da utilização do sistema compartilhado do Banco do Brasil, se estão sendo obedecidos os termos do contrato firmado com o CFP;
- ✓ Testamos os cálculos e remessas da Cota-Parte e do Fundo de Seções feitos pelo Regional, tanto do sistema compartilhado quanto do não compartilhado, compatibilizando os dados e registros do Regional com os dados do CFP;
- ✓ Verificamos a exatidão dos registros de recebimento de anuidades no controle cadastral e financeiro dos profissionais inscritos no Conselho;
- ✓ Procedemos teste para verificar a exatidão do efetivo controle relativo aos psicólogos inscritos no Conselho, à inadimplência, à inscrição na dívida ativa e a execução fiscal;
- ✓ Verificação do controle das ações desenvolvidas e dos resultados alcançados no que tange às atividades-fim da Instituição;
- ✓ Análise da movimentação dos recursos financeiros, verificando se está sendo efetuado por meio de banco oficial, se as aplicações financeiras são feitas de acordo com os dispositivos legais em vigor e se as contas são conciliadas regularmente;
- ✓ Exame dos procedimentos para realização da despesa, de sua propriedade e oportunidade, da formalização da documentação comprobatória, quanto à observância dos princípios da legalidade, legitimidade e economicidade;
- ✓ Avaliação dos documentos comprobatórios das despesas (notas fiscais, faturas e ou recibos) quanto ao atendimento das fases das despesas: empenho, liquidação e pagamento;
- ✓ Análise dos processos licitatórios, inclusive dispensa e inexistência, no que diz respeito ao cumprimento das Leis ns. 8.666/93 e 10.520/02, suas regulamentações e normas acessórias;
- ✓ Verificamos os contratos e seus aditivos, bem como os instrumentos dos convênios e demais instrumentos firmados com terceiros, que resultaram ou resultem no nascimento e/ou extinção de direitos e obrigações, quanto aos seus aspectos legais e normais e ao cumprimento de suas cláusulas;
- ✓ Examinamos os procedimentos para seleção, admissão e dispensa de pessoal, dos controles e registros pertinentes, acordos coletivos de trabalho, plano de cargos e salários, do cumprimento dos direitos e obrigações resultantes da relação entre as partes, de passivos trabalhistas, se houver, e de possíveis riscos trabalhistas;
- ✓ Analisamos os procedimentos contábeis utilizados, principalmente no que diz respeito à observância dos princípios fundamentais de contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16, verificando o cumprimento das formalidades e escrituração dos Livros Diários e Razão, se os registros guardam conformidade com a documentação comprobatória e se estão atualizados;
- ✓ Análise dos balancetes, dos balanços orçamentário financeiro e patrimonial, das demonstrações das contas de resultado e demais demonstrações contábeis e extra-contábeis quanto aos aspectos formais técnicos, verificando se os valores demonstrados representam adequadamente a situação econômico-financeira da Instituição;
- ✓ Análise quantitativa e qualitativa dos componentes patrimoniais Ativos e Passivos, inclusive do resultado patrimonial do exercício;
- ✓ Avaliação do sistema de controle dos bens patrimoniais móveis e imóveis, principalmente no que tange à identificação, localização, movimentação, guarda, estado de conservação, inventário, etc.;
- ✓ Análise do histórico de demandas e de diligências originárias dos órgãos de controle externo (TCU) e interno (CFP) e de seu cumprimento.

1.2.6 BALANCETE ADAPTADO EM MATRIZ DE RISCO

A partir de uma análise da relevância dos saldos do balanço patrimonial levantado em 31/12/2018 sob exame, bem como da análise dos relatórios anteriores, elegemos as áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo (análise horizontal) de transações, e de proporção dos saldos (análise vertical) do ponto de vista de exposição ativa.

Tal procedimento resulta da análise vertical e horizontal procedida que apresentamos de forma sintética a seguir, visando à melhor elucidação das considerações tecidas acerca dos dados coligidos e consequentemente da “matriz de risco” considerada a partir de tais informações.

ATIVO	SALDOS				Variação 2018 x 2017		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
Especificação	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)	< A/V >	< A/H >
ATIVO CIRCULANTE	1.358.733,69	97,78	939.912,41	93,45	418.821,28	44,56	Alto	Alto
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	473.783,99	34,10	549.327,11	54,62	-75.543,12	-13,75	Alto	Relativo
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS/ CONTRIB. A RECEBER	951.768,29	68,49	560.244,55	55,70	391.523,74	69,88	Alto	Alto
(-) PROVISÕES DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-233.651,97	-16,81	-207.654,02	-20,65	-25.997,95	12,52	Relativo	Relativo
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	160.551,02	11,55	32.664,62	3,25	127.886,40	391,51	Relativo	Alto
INVESTIMENTOS E APLIC. TEMPORÁRIAS A C.P.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Nulo	Nula
ESTOQUES	6.282,36	0,45	5.330,15	0,53	952,21	17,86	Baixo	Relativo
VARIAÇÕES PATRIM. DIMINUTIV. PG. ANTECIPAD.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Nulo	Nula
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	30.817,23	2,22	65.890,80	6,55	-35.073,57	-53,23	Baixo	Alto
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00	8.491,52	0,84	-8.491,52	-100,00	Nulo	Alto
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00	8.491,52	0,84	-8.491,52	-100,00	Nulo	Alto
IMOBILIZADO	27.790,06	2,00	49.168,58	4,89	-21.378,52	-43,48	Baixo	Alto
BENS MÓVEIS	71.299,02	5,13	80.388,25	7,99	-9.089,23	-11,31	Baixo	Relativo
(-) DEPREC., EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMUL.	-43.508,96	-3,13	-31.219,67	-3,10	-12.289,29	39,36	Baixo	Alto
INTANGÍVEL	3.027,17	0,22	8.230,70	0,82	-5.203,53	-63,22	Baixo	Alto
SOFTWARES	26.448,00	1,90	26.448,00	2,63	0,00	0,00	Baixo	Nula
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-23.420,83	-1,69	-18.217,30	-1,81	-5.203,53	28,56	Baixo	Alto
TOTAL	1.389.550,92		1.005.803,21		383.747,71	38,15		Alto
PASSIVO	SALDOS				Variação 2018 x 2017		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
Especificação	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)	< A/V >	< A/H >
PASSIVO CIRCULANTE	126.929,60	9,13	86.075,56	8,56	40.854,04	47,46	Baixo	Alto
OBRIGAÇÕES TRAB., PREV. E ASSIST. A PG A C.P.	3.201,40	0,23	0,00	0,00	3.201,40	100,00	Baixo	Alto
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A C.P.	9.076,76	0,65	14.835,76	1,48	-5.759,00	-38,82	Baixo	Alto
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	7.370,26	0,53	5.595,43	0,56	1.774,83	31,72	Baixo	Alto
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	2.827,80	0,20	8.850,94	0,88	-6.023,14	-68,05	Baixo	Alto
PROVISÕES A CURTO PRAZO	102.308,47	7,36	55.362,86	5,50	46.945,61	84,80	Baixo	Alto
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.144,91	0,15	1.430,57	0,14	714,34	49,93	Baixo	Alto
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Nulo	Nulo
TOTAL DO PASSIVO	126.929,60	9,13	86.075,56	8,56	40.854,04	47,46	Baixo	Alto
Resultados Acumulados	1.262.621,32	90,87	919.727,65	91,44	342.893,67	37,28	Alto	Alto
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.262.621,32	90,87	919.727,65	91,44	342.893,67	37,28	Alto	Alto
TOTAL	1.389.550,92		1.005.803,21		383.747,71	38,15		Alto

1.2.6.1 RISCO POR RELEVÂNCIA HORIZONTAL

Referida análise visa explicar a variação percentual positiva de **38,15%** verificada nos saldos do Ativo e no Passivo, que perfaz um aumento patrimonial de **R\$ 383.747,71**, ocorrida entre os exercícios de 2017 e 2018 propiciando assim analisarmos a relevância de cada saldo a partir do volume monetário transacionado em cada rubrica, no período sob exame.

ATIVO	Variação 2018 x 2017		RISCO DE VARIAÇÃO
Especificação	R\$	A/H (%)	< A/H >
ATIVO CIRCULANTE	418.821,28	44,56	Alto
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-75.543,12	-13,75	Relativo
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS/ CONTRIB. A RECEBER	391.523,74	69,88	Alto
(-) PROVISÕES DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-25.997,95	12,52	Relativo
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	127.886,40	391,51	Alto
INVESTIMENTOS E APLIC. TEMPORÁRIAS A C.P.	0,00	0,00	Nula
ESTOQUES	952,21	17,86	Relativo
VARIAÇÕES PATRIM. DIMINUTIV. PG. ANTECIPAD.	0,00	0,00	Nula
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	-35.073,57	-53,23	Alto
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-8.491,52	-100,00	Alto
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	-8.491,52	-100,00	Alto
IMOBILIZADO	-21.378,52	-43,48	Alto
BENS MÓVEIS	-9.089,23	-11,31	Relativo
(-) DEPREC., EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMUL.	-12.289,29	39,36	Alto
INTANGÍVEL	-5.203,53	-63,22	Alto
SOFTWARES	0,00	0,00	Nula
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-5.203,53	28,56	Alto
TOTAL	383.747,71	38,15	Alto
PASSIVO	Variação 2018 x 2017		RISCO DE VARIAÇÃO
Especificação	R\$	A/H (%)	< A/H >
PASSIVO CIRCULANTE	40.854,04	47,46	Alto
OBRIGAÇÕES TRAB., PREV. E ASSIST. A PG A C.P.	3.201,40	100,00	Alto
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A C.P.	-5.759,00	-38,82	Alto
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	1.774,83	31,72	Alto
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	-6.023,14	-68,05	Alto
PROVISÕES A CURTO PRAZO	46.945,61	84,80	Alto
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	714,34	49,93	Alto
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00	Nulo
TOTAL DO PASSIVO	40.854,04	47,46	Alto
Resultados Acumulados	342.893,67	37,28	Alto
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	342.893,67	37,28	Alto
TOTAL	383.747,71	38,15	Alto

1.2.6.2 RISCO POR RELEVÂNCIA VERTICAL

Precitada análise é uma ferramenta útil ao conhecimento da relevância decorrente da composição e da exposição da proporção dos itens considerados individualmente em relação a seu todo, nesse caso chamamos exposição ativa. Neste diapasão depreende-se a seguinte posição:

ATIVO	SALDOS		RISCO DE EXPOSIÇÃO	
Especificação	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	< A/V >	
ATIVO CIRCULANTE	1.358.733,69	97,78	Alto	●
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	473.783,99	34,10	Alto	●
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS/ CONTRIB. A RECEBER	951.768,29	68,49	Alto	●
(-) PROVISÕES DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-233.651,97	-16,81	Relativo	●
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	160.551,02	11,55	Relativo	●
INVESTIMENTOS E APLIC. TEMPORÁRIAS A C.P.	0,00	0,00	Nulo	●
ESTOQUES	6.282,36	0,45	Baixo	●
VARIAÇÕES PATRIM. DIMINUTIV. PG. ANTECIPAD.	0,00	0,00	Nulo	●
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	30.817,23	2,22	Baixo	●
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00	Nulo	●
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00	Nulo	●
IMOBILIZADO	27.790,06	2,00	Baixo	●
BENS MÓVEIS	71.299,02	5,13	Baixo	●
(-) DEPREC., EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMUL.	-43.508,96	-3,13	Baixo	●
INTANGÍVEL	3.027,17	0,22	Baixo	●
SOFTWARES	26.448,00	1,90	Baixo	●
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-23.420,83	-1,69	Baixo	●
TOTAL	1.389.550,92			
PASSIVO	SALDOS		RISCO DE EXPOSIÇÃO	
Especificação	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	< A/V >	
PASSIVO CIRCULANTE	126.929,60	9,13	Baixo	●
OBRIGAÇÕES TRAB., PREV. E ASSIST. A PG A C.P.	3.201,40	0,23	Baixo	●
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A C.P.	9.076,76	0,65	Baixo	●
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	7.370,26	0,53	Baixo	●
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	2.827,80	0,20	Baixo	●
PROVISÕES A CURTO PRAZO	102.308,47	7,36	Baixo	●
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.144,91	0,15	Baixo	●
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00	Nulo	●
TOTAL DO PASSIVO	126.929,60	9,13	Baixo	●
Resultados Acumulados	1.262.621,32	90,87	Alto	●
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.262.621,32	90,87	Alto	●
TOTAL	1.389.550,92			

1.2.6.3 MATRIZ DE RISCO PONDERADA

Da exegese dos dados apresentados nas análises supracitadas, temos informações essenciais para a ponderação do chamado risco relativo de auditoria, no qual se percebe a seguinte posição.

ATIVO	RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
Especificação	< A/V >	< A/H >
ATIVO CIRCULANTE	Alto	Alto
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	Alto	Relativo
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS/ CONTRIB. A RECEBER	Alto	Alto
(-) PROVISÕES DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	Relativo	Relativo
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	Relativo	Alto
INVESTIMENTOS E APLIC. TEMPORÁRIAS A C.P.	Nulo	Nula
ESTOQUES	Baixo	Relativo
VARIAÇÕES PATRIM. DIMINUTIV. PG. ANTECIPAD.	Nulo	Nula
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	Baixo	Alto
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	Nulo	Alto
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	Nulo	Alto
IMOBILIZADO	Baixo	Alto
BENS MÓVEIS	Baixo	Relativo
(-) DEPREC., EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMUL.	Baixo	Alto
INTANGÍVEL	Baixo	Alto
SOFTWARES	Baixo	Nula
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	Baixo	Alto
TOTAL		Alto
PASSIVO	RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
Especificação	< A/V >	< A/H >
PASSIVO CIRCULANTE	Baixo	Alto
OBRIGAÇÕES TRAB., PREV. E ASSIST. A PG A C.P.	Baixo	Alto
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A C.P.	Baixo	Alto
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	Baixo	Alto
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	Baixo	Alto
PROVISÕES A CURTO PRAZO	Baixo	Alto
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	Baixo	Alto
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	Nulo	Nulo
TOTAL DO PASSIVO	Baixo	Alto
Resultados Acumulados	Alto	Alto
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Alto	Alto
TOTAL		Alto

A partir dessa Matriz de Risco é que efetuamos todo o planejamento do trabalho, procedendo ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, analisando sua eficiência e efetividade, para que com base no grau de credibilidade atribuído em cada situação, possamos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade da população amostral para aplicação dos procedimentos de auditoria apropriados e aderentes a cada caso.

3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

3.1. ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante representa **97,78%** do saldo total do ativo recebendo atributo de “alto risco” sob o ponto de vista de exposição ativa, apresentando uma variação positiva de **R\$ 418.821,28** equivalentes a **44,56%** de aumento em relação ao exercício anterior, portanto apresentando um “alto risco”, do ponto de vista quantitativo e do ponto de vista qualitativo.

Referido grupo do ativo, congrega os seguintes subgrupos:

ATIVO	SALDOS				Variação 2018 x 2017		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)		
ATIVO CIRCULANTE	1.358.733,69	97,78	939.912,41	93,45	418.821,28	44,56	Alto	Alto
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	473.783,99	34,10	549.327,11	54,62	-75.543,12	-13,75	Alto	Relativo
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS/ CONTRIB. A RECEBER	951.768,29	68,49	560.244,55	55,70	391.523,74	69,88	Alto	Alto
(-) PROVISÕES DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-233.651,97	-16,81	-207.654,02	-20,65	-25.997,95	12,52	Relativo	Relativo
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	160.551,02	11,55	32.664,62	3,25	127.886,40	391,51	Relativo	Alto
INVESTIMENTOS E APLIC. TEMPORÁRIAS A C.P.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Nulo	Nula
ESTOQUES	6.282,36	0,45	5.330,15	0,53	952,21	17,86	Baixo	Relativo
VARIAÇÕES PATRIM. DIMINUTIV. PG. ANTECIPAD.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Nulo	Nula

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

3.1.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O grupo congrega as contas representativas de meio-circulantes em forma pecuniária, dentre as quais destacamos as Aplicações, cujo o saldo responde individualmente por aproximadamente **95%** do total do disponível da Autarquia, sendo, portanto, a rubrica mais significativa do disponível e de resto do Balanço Patrimonial como um todo, a qual apresentou a seguinte variação no período.

Apresentamos adiante o saldo existente, o qual está composto conforme abaixo:

ATIVO	SALDOS				Variação 2018 x 2017		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)		
ATIVO CIRCULANTE	1.358.733,69	97,78	939.912,41	93,45	418.821,28	44,56	Alto	Alto
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	473.783,99	34,10	549.327,11	54,62	-75.543,12	-13,75	Alto	Relativo

✓ Controles Internos

As contas de depósitos ou de aplicações mantidas junto a instituições financeiras são conciliadas mensalmente mediante o cotejamento do extrato bancário em contraposição ao razão contábil.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Dentre os principais procedimentos aplicados, destaca-se o exame da conciliação mensal em contraposição à movimentação ocorrida por meio dos extratos bancários cotejados com o razão contábil, além da realização de circularização junto às instituições financeiras nas quais o Conselho mantém seus ativos financeiros.

✓ **Constatações**

O exame efetuado nas conciliações de 31/12/2018 revelou que todas as contas bancárias estão sendo conciliadas mensalmente e que os saldos registrados nas Demonstrações Contábeis são devidamente comprovados por extratos bancários oficiais.

✓ **Opinião**

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa nos pareceram suficientes para salvaguardar os ativos focados em cada procedimento, de modo que estão gravados adequadamente e com exatidão nas demonstrações contábeis.

3.1.2 CRÉDITOS A RECEBER EM CURTO PRAZO

Este saldo representa **51,68%** da exposição ativa e registra uma variação positiva de **R\$ 365.525,79** equivalentes a um aumento de **103,67%** em relação ao exercício anterior. Referido grupo revela-se importantíssimo do ponto de vista operacional porque registram importantes operações vinculadas à “Contribuições a Receber” e “Anuidades a Receber – Pessoa Jurídica e Pessoa Física”.

ATIVO	SALDOS				Variação 2018 x 2017		RISCO DE EXPOSIÇÃO		RISCO DE VARIAÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)			
ATIVO CIRCULANTE	1.358.733,69	97,78	939.912,41	93,45	418.821,28	44,56	Alto	●	Alto ●
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	718.116,32	51,68	352.590,53	35,06	365.525,79	103,67	Alto	●	Alto ●
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS/ CONTRIB. A RECEBER	951.768,29	68,49	560.244,55	55,70	391.523,74	69,88	Alto	●	Alto ●
(-) PROVISÕES DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-233.651,97	-16,81	-207.654,02	-20,65	-25.997,95	12,52	Relativo	●	Relativo ●

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Confrontamos de modo comparativo os valores de 2017 e 2018, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais, visto que o referido Grupo contabiliza importantes operações vinculadas à Recursos Financeiros a Receber.

✓ **Constatações**

As anuidades a receber do CRP-MA, são apropriadas conforme previsão orçamentaria da receita. Tais registros devem ocorrer levando em consideração a emissão dos boletos de cobrança e controlados mensalmente (conciliadas) devido aos cancelamentos e novas solicitações de registro profissional. O subsistema patrimonial obedece ao princípio da competência, de acordo com a Lei nº 4.320/64, Título IX – Da Contabilidade:

Art. 104. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, deve haver o registro da variação patrimonial aumentativa, independentemente da execução orçamentária, em função do fato gerador.

Regimes da Contabilidade Aplicada ao Setor Público					
Regime Orçamentário			Regime Contábil (Patrimonial)		
Receita Orçamentária	Arrecadação	Lei nº 4.320/1964 art. 35	Variação Patrimonial Aumentativa	Competência	Resolução CFC nº 750/1993

✓ **Opinião**

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Créditos à Curto Prazo nos pareceram suficientes para salvaguardar tais ativos, mas existe a necessidade de adequações referentes a apropriação dos créditos tributários conforme princípio da competência.

3.1.4 ESTOQUE

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo não foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

Trata-se de materiais destinados a consumo interno, material de expediente, material elétrico, material de proteção e segurança, dentre outros. Os materiais são inventariados ao final do exercício.

ESTOQUE INTERNO - ALMOXARIFADO

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Não acompanhamos o inventário físico alusivo aos estoques, porém aplicamos procedimentos alternativos preconizados na NBC TA 501, mediante revisão e regressão contábil dos saldos, analisando as entradas e as saídas bem como a existência física dos referidos produtos, pois, existe valor patrimonial registrado para esse grupo, assim como acompanhamento anual.

✓ **Constatações**

Através de procedimentos alternativos de regressão e recomposição de quantidades físicas a partir da listagem, efetuamos testes de observância e substância, e validamos o saldo em “Estoque”, o mesmo não recebe atributo de risco no ponto de vista da exposição ativa e no volume de transações.

✓ **Opinião**

Os controles internos são aderentes aos saldos mantidos em Estoques e nos pareceram suficientes para salvaguardar tais ativos demonstrando-nos controle dos valores, exceto ao item mencionado acima.

3.1.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

Referido grupo congrega as contas cuja realização é de lenta conversão, ou que registram bens destinados à operacionalização e consecução de seus objetivos. Aludido grupo surgiu com o advento da Resolução CFC n.º 1.437/13, que altera e inclui itens da NBC T 16.6 (R1) Demonstrações Contábeis. Precitado grupo representa **2,22%** da exposição ativa, apresentando um decréscimo de **R\$ 35.073,57** equivalentes a um percentual de **-53,23%** em relação ao exercício anterior, recebendo atributo de risco alto na “matriz de risco” que elaboramos no planejamento da auditoria.

Apresentamos adiante a composição do saldo:

ATIVO	SALDOS				Variação 2018 x 2017		RISCO DE EXPOSIÇÃO		RISCO DE VARIAÇÃO	
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)	< A/V >		< A/H >	
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	30.817,23	2,22	65.890,80	6,55	-35.073,57	-53,23	Baixo	●	Alto	●
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00	8.491,52	0,84	-8.491,52	-100,00	Nulo	●	Alto	●
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00	8.491,52	0,84	-8.491,52	-100,00	Nulo	●	Alto	●
IMOBILIZADO	27.790,06	2,00	49.168,58	4,89	-21.378,52	-43,48	Baixo	●	Alto	●
BENS MÓVEIS	71.299,02	5,13	80.388,25	7,99	-9.089,23	-11,31	Baixo	●	Relativo	●
(-) DEPREC., EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMUL.	-43.508,96	-3,13	-31.219,67	-3,10	-12.289,29	39,36	Baixo	●	Alto	●
INTANGÍVEL	3.027,17	0,22	8.230,70	0,82	-5.203,53	-63,22	Baixo	●	Alto	●
SOFTWARES	26.448,00	1,90	26.448,00	2,63	0,00	0,00	Baixo	●	Nula	●
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-23.420,83	-1,69	-18.217,30	-1,81	-5.203,53	28,56	Baixo	●	Alto	●

3.1.2.1 ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado representa **2%** do saldo total do ativo recebendo atributo de risco baixo sob o ponto de vista de exposição ativa, e responde por um decréscimo de **-43,38%** das transações que compõem a variação negativa de **R\$ 21.378,52**, constatada no exercício sob exame, portanto apresentando risco alto do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo.

ATIVO	SALDOS				Variação 2018 x 2017		RISCO DE EXPOSIÇÃO		RISCO DE VARIAÇÃO	
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)	< A/V >		< A/H >	
IMOBILIZADO	27.790,06	2,00	49.168,58	4,89	-21.378,52	-43,48	Baixo	●	Alto	●
BENS MÓVEIS	71.299,02	5,13	80.388,25	7,99	-9.089,23	-11,31	Baixo	●	Relativo	●
(-) DEPREC., EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMUL.	-43.508,96	-3,13	-31.219,67	-3,10	-12.289,29	39,36	Baixo	●	Alto	●
INTANGÍVEL	3.027,17	0,22	8.230,70	0,82	-5.203,53	-63,22	Baixo	●	Alto	●
SOFTWARES	26.448,00	1,90	26.448,00	2,63	0,00	0,00	Baixo	●	Nula	●
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-23.420,83	-1,69	-18.217,30	-1,81	-5.203,53	28,56	Baixo	●	Alto	●

✓ Procedimentos de Auditoria

Não acompanhamos os inventários físicos dos bens integrantes do ativo imobilizado da Autarquia, todavia, selecionamos pelo razão contábil alguns lançamentos consignados a débito e a crédito do saldo da conta, atentando para apropriação das aquisições, no que tange a integridade e posse dos bens, a fidelidade da documentação, a titularidade e propriedade no que tange a bens móveis, bem como atributos necessários ao tombamento, e tratamento contábil da depreciação em relação ao controle patrimonial existente e sua conciliação com a contabilidade, mediante procedimentos mínimos específicos para atender as Evidências de Auditoria.

✓ Constatações

- Ao realizar o exame da depreciação do imobilizado, pudemos constatar que a depreciação está ocorrendo pelo total do grupo de contas.

Conforme o MCASP Ativo Imobilizado é:

- “...Embora o lançamento contábil possa ser realizado pelo valor total da classe dos bens depreciados ao qual aquele item se refere, é importante destacar que o cálculo do valor a depreciar deve ser identificado individualmente, item a item, em virtude da possibilidade de haver bens similares com taxas de depreciação diferentes e bens totalmente depreciados.”

4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

4.1. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante representa **9,13%** do saldo total do passivo recebendo atributo de baixo risco sob o ponto de vista de exposição patrimonial passiva, apresentando uma variação positiva de **R\$ 40.854,04**, equivalentes a um aumento de **47,46%** em relação ao exercício anterior comparado a este sob exame, portanto apresentando risco alto do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo transacionado.

Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

PASSIVO	SALDOS				Variação 2018 x 2017		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO		
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)				
PASSIVO CIRCULANTE	126.929,60	9,13	86.075,56	8,56	40.854,04	47,46	Baixo	●	Alto	●
OBRIGAÇÕES TRAB., PREV. E ASSIST. A PG A C.P.	3.201,40	0,23	0,00	0,00	3.201,40	100,00	Baixo	●	Alto	●
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A C.P.	9.076,76	0,65	14.835,76	1,48	-5.759,00	-38,82	Baixo	●	Alto	●
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	7.370,26	0,53	5.595,43	0,56	1.774,83	31,72	Baixo	●	Alto	●
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	2.827,80	0,20	8.850,94	0,88	-6.023,14	-68,05	Baixo	●	Alto	●
PROVISÕES A CURTO PRAZO	102.308,47	7,36	55.362,86	5,50	46.945,61	84,80	Baixo	●	Alto	●
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.144,91	0,15	1.430,57	0,14	714,34	49,93	Baixo	●	Alto	●

4.1.1 OBRIGAÇÕES FISCAIS COM A UNIÃO

Representa as obrigações com Encargos Sociais (INSS, FGTS e PIS) do CRP. Em 31/12/2018 essa conta apresenta um saldo de R\$ 7.304,97.

✓ Procedimentos de Auditoria

Os exames efetuados nas Guias de Previdência Social - GPS e as Guias de Recolhimento do FGTS – GRF demonstrou uma diferença de 127,52 entre o contábil e o gerencial, conforme tabela abaixo.

Descrição	A	B	(A-B)
	Contábil	Extra-Contábil	Dif.
INSS a Recolher	-6.333,08		
INSS - Retenção Trabalhador	-1.744,91		
Total	-8.077,99	8.205,51	127,52

✓ Opinião

Após aplicarmos os testes chegamos à conclusão que o INSS e o FGTS estão sendo apurados incorretamente e que os controles internos aderentes aos saldos mantidos nesta rubrica não nos pareceram suficientes.

4.1.1 PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS

O saldo de R\$ 92.308,47, constante nesse grupo, refere-se às provisões sobre a Folha de Pagamento (Férias, 13º Salário, INSS e FGTS), que são contabilizadas na conta 2.1.7.1 Provisões para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo.

O relatório de provisões de férias e 13º salário, fornecido pelo Departamento de Contabilidade, que serve de suporte para validação das contas apresenta diferença, conforme tabela abaixo:

Descrição	A	B	(A-B)
	Contábil	Extra-Contábil	Dif.
INSS	-17.091,77	30.974,55	13.882,78

Descrição	A	B	(A-B)
	Contábil	Extra-Contábil	Dif.
FGTS	-507,45	704,78	197,33

Descrição	A	B	(A-B)
	Contábil	Extra-Contábil	Dif.
PIS/PASEP	-404,43	743,02	338,59

4.1.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido representa **90,87%** do saldo total da parcela não exigível que resulta da equação patrimonial (ativo menos passivo), e, variou positivamente em **37,28%** em relação ao exercício anterior.

TOTAL	1.389.550,92	1.005.803,21	383.747,71	38,15	Alto				
PASSIVO	SALDOS				Variação 2018 x 2017		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO	
Especificação	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)	< A/V >	< A/H >	
Resultados Acumulados	1.262.621,32	90,87	919.727,65	91,44	342.893,67	37,28	Alto		Alto
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.262.621,32	90,87	919.727,65	91,44	342.893,67	37,28	Alto		Alto

✓ Opinião

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade da, já que a movimentação da conta é consubstanciada por poucas operações/lançamentos, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

5. SUPRIMENTO DE FUNDOS

Análises, Procedimentos Específicos de Auditoria e Constatações.

O suprimento de fundos consiste na entrega de numerário a servidor previamente designado e tem como finalidade atender a despesas que não possam aguardar o processo normal, ou seja, é exceção quanto a não realização de procedimento licitatório.

Avaliamos os procedimentos quanto à utilização de Suprimento de Fundos para despesas de pequeno vulto concedidos aos servidores do CRP e a correta forma de prestação de contas do mesmo, baseados em três aspectos mais relevantes:

- ✓ Observância dos Prazos;
Obs.: Sem inconformidades

- ✓ Análise dos Comprovantes;
Obs.: Sem inconformidades
- ✓ Análise das Formalidades;
Obs.: Sem inconformidades

5.1 ANÁLISE DOS COMPROVANTES

Os comprovantes de despesa realizada com recursos oriundos de Suprimento de Fundos têm as mesmas características de quaisquer documentos relativos a despesas subordinadas ao processo normal de pagamento.

As suas principais características são:

- a) os documentos fiscais, notas fiscais de vendas, notas fiscais de prestação de serviços – pessoa jurídica, faturas e recibos de pessoas físicas **não** deverão conter rasuras, acréscimos, entrelinhas;
- b) deverão ser emitidos **por quem forneceu** o material ou prestou o serviço;
- c) **deverão estar em nome do responsável pelo suprimento de fundos** (recibos) **ou do órgão a que o mesmo pertencer** (CRP);
- d) deverão ainda constar obrigatoriamente

- A data de emissão, que deverá ser sempre igual ou posterior à data da concessão (data do empenho) do Suprimento de Fundos;

- Detalhamento do material fornecido ou do serviço prestado, **evitando-se generalizações ou abreviaturas que impeçam ou dificultem o conhecimento da natureza das despesas** e da unidade fornecedora de materiais ou serviços (discriminação da quantidade de produto ou de serviço) e;

- No caso de serviços prestados por pessoas físicas: nota fiscal avulsa - se o prestador de serviço tiver inscrição municipal - e o recibo de pagamento de autônomo - que deve conter número do registro Geral (RG) e CPF e inscrição no INSS, se for o caso.

✓ PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

Cumprindo nosso programa de trabalho, passamos a análise dos processos econômico-financeiros de solicitação de suprimento de fundos referente ao ano de 2018.

✓ Opinião

Procedemos ao minudente exame dos comprovantes, atentando para a observância da legalidade pertinentes à contabilização, apresentação e discriminação, observando os principais dispositivos inerentes aos aspectos de nossa alçada.

- ✓ **Observação 1:** Os documentos comprobatórios de despesa deverão constar, claramente, a discriminação do material fornecido ou do serviço prestado, não se admitindo discriminação genérica ou emprego de abreviaturas que impeçam a clara identificação do objeto da despesa.

- ✓ **Observação 2:** Os comprovantes de despesas realizadas não poderão conter rasuras, acréscimos, emendas ou entrelinhas.
- ✓ **Observação 3:** Os documentos comprobatórios de despesa serão apresentados em original emitidos por quem prestou o serviço ou forneceu o material, em nome da Unidade Gestora (CRP) ou do responsável pelo suprimento (recibos).

6. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

✓ Órgãos Colegiados

Efetuamos a leitura das atas de reunião dos órgãos de controle e fiscalização e em decorrência de tal procedimento entendemos que os órgãos de controle institucional, estão devidamente estruturados e funcionando conforme preconizado regimentalmente e estatutariamente.

✓ Opinião

Procedemos ao minudente exame dos diplomas legais pertinentes à criação, estruturação e funcionamento da Autarquia, atentando para a observância dos principais dispositivos inerentes aos aspectos de nossa alçada.

Neste sentido é relevante esclarecermos que requisitos preconizados para a área operacional não foram objeto de nosso exame, mesmo porque foge a nossa competência, de tal modo que restringimo-nos a matéria exclusivamente contábil.

7. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

✓ PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

Cumprindo nosso programa de trabalho, efetuamos o prévio estudo e avaliação nos controles internos utilizados neste setor, e com base nos resultados alcançados, pudemos estabelecer os procedimentos de auditoria cabíveis nas circunstâncias, bem como da ocasião mais propícia, aplicando-os na extensão e profundidade necessárias, por amostragem nas folhas de pagamentos e guias de recolhimento de INSS, FGTS e PIS/PASEP dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro. Examinamos a forma de admissão e demissão de pessoal.

- ✓ Verificamos como o pagamento do pessoal é realizado;
- ✓ Auditamos a última folha de pagamento realizada efetuando testes de soma, diminuição dos descontos, cálculos do INSS, Imposto de Renda Retido na Fonte e outros julgados procedentes;
- ✓ Analisamos as férias pagas;
- ✓ Constatamos que entregou a RAIS em tempo hábil;
- ✓ Todos os funcionários passam pelo exame admissional e para um funcionário iniciar a trabalhar é necessário estar com toda documentação completa;
- ✓ PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- ✓ PPRA- Programa de Prevenção de Risco Ambientais;
- ✓ PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário.

✓ **Integridade/Segurança**

A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento dos processos e procedimentos do Setor de Recursos Humanos e do reflexo nas contas aglutinadas nos grupos contábeis sob exame.

✓ **Opinião**

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade do CRP/MA, já que a movimentação do Departamento de Recursos Humanos é consubstanciada por situações típicas do segmento, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

09. CONCLUSÃO

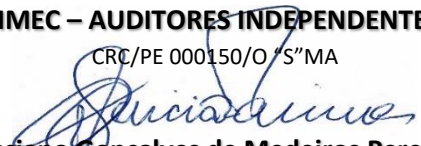
O presente relatório composto de 20 (vinte) páginas escritas apenas no anverso destina-se exclusivamente à finalidade definida no primeiro parágrafo do mesmo e a informar à Administração do **CRP/MA – 22º REGIÃO** acerca dos detalhes inerentes ao trabalho efetuado, não devendo ser utilizado para nenhum outro fim, e tampouco distribuído a terceiros.

São Luís/MA, 31 de outubro de 2019.



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O "S"MA


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"MA
Sócio Sênior


Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"MA


Thomaz de Aquino Pereira
Contador – CRC/PE 021100/O-9 "S"MA



AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

www.audimec.com.br



CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA **22º Região - MARANHÃO**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA
DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2018

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2018**

Aos Ilmos. Srs.

Conselheiros, Diretores e demais Administradores do

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 22ª REGIÃO/MA

Administração Regional do Maranhão - CNPJ(MF) 19.540.933/0001-08

Endereço: Rua Dezesete, quadra 22, nº9, Vinhais – CEP.: 65.071-150

São Luís/MA

1) Opinião sem ressalva:

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do **CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 22ª REGIÃO/MA, Administração Regional do Maranhão (CRP/MA)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, o balanço financeiro, balanço orçamentário, as demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária do **CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 22ª REGIÃO/MA, Administração Regional do Maranhão (CRP/MA)**, em 31 de dezembro de 2018, o resultado de suas variações patrimoniais e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião sem Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao **CRP/MA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o **CRP/MA – 22ª REGIÃO** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o **CRP/MA – 22ª REGIÃO** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do **CRP/MA – 22ª REGIÃO** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

4) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do **CRP/MA – 22º REGIÃO**.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o **CRP/MA – 22º REGIÃO** a não mais se manter em continuidade operacional.
- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

5) Outros Assuntos

5.1 Outras Informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório de auditoria.

5.1.2 Relatório de Gestão

A administração do **CRP/MA – 22º REGIÃO** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório de Gestão equivalente ao Relatório de Administração no âmbito Societário.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório de Gestão e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Gestão e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Gestão, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

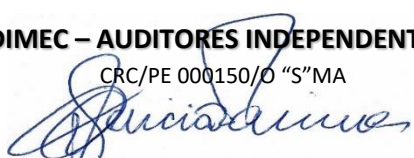
5.2. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nossos auditores independentes, cujo relatório emitido sem modificação de opinião.

São Luís/MA, 31 de Outubro de 2019

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

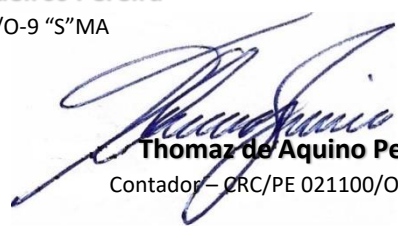
CRC/PE 000150/O "S"MA


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"MA
Sócio Sênior


Phillippe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"MA


Thomaz de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S"MA



AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

www.audimec.com.br